

thij

tourism and Hospitality
International Journal

www.isce-turismo.com

Organização:



Apoios:



Volume 3 | Número 1 | Setembro 2014
Volume 3 | Number 1 | September 2014
Volumen 3 | Número 1 | Septiembre 2014

Por uma teorização de regiões solidárias em favor do turismo

118

Eduardo Yázigi

Universidade de São Paulo

Yázigi, E. (2014). Por uma teorização de regiões solidárias em favor do turismo. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(1), 118-135.

Resumo

Vários tipos de áreas geográficas, assim como associações de diversas naturezas, estabeleceram solidariedades ao longo da História Universal. No mundo complexo e superpovoado de hoje o princípio de regiões solidárias renasce com novo vigor e se presta à realização de pactos oficiais que de outra forma dificilmente equacionariam alguns objetivos. No presente artigo são apresentadas várias clivagens de solidariedade no interesse do Turismo, conquanto o mesmo princípio se preste a um incontável número de situações diferentes, carentes de explorações.

Palavras-chave: Solidariedade, Turismo, Regiões turísticas

Abstract

Various types of geographical areas, as well as several associations, established solidarity along the Universal history. In the complex world and overpopulated we live today the principle of solidarity regions reborn with new vigor and lend itself to achieving official pacts that would otherwise hardly think some goals. In this article are several cleavages of solidarity in the interest of tourism, although the same principle will available to a countless number of different situations, lacking in holdings.

Keywords: Solidarity, Tourism, Tourist regions

1. Introdução

O conceito de solidariedade estende-se desde o sentido pessoal e humanístico até unidades geopolíticas, próximas ou distantes, incluindo vasto cardápio de agentes: corporações, religiões, instituições policiais, aduaneiras, enfim, tudo o que é suscetível de apresentar melhor desempenho em sistemas associativos. São iniciativas que por certo exigem acordos políticos, financeiros ou jurídicos, onde cada caso requer definições precisas das contrapartidas convencionadas.

O mundo agigantado, super povoado e repleto de complexidades, nos força a trabalhar em equipes, conhecidas e desconhecidas, cujos diferentes membros possuem filiações políticas, não necessariamente iguais às nossas. Em tempos atuais um bom profissional deve aprender a conviver e a dialogar com parceiros de diversas formações, mas instados a partilhar alguns objetivos comuns fundamentais. As equipes pluridisciplinares sempre ganham vantagens sobre os entendimentos individuais, a menos que esses últimos sejam geniais. Reuniões desse tipo primam pelo respeito e diálogo pautado por trocas, onde as partes envolvidas devem negociar com os melhores argumentos de interesse mútuo. **Sem acordos e trocas não se chega à viabilização de regiões solidárias.** E solidariedades se constroem mediante **redes** de comum interesse, bem solidificadas, voltadas para o mesmo horizonte. Como nos encontros representamos instituições e chefias, chegamos com certa identidade política definida, cabendo aos interlocutores

temperar os ajustes, com diplomacia e objetividade, de modo que todas as partes saiam ganhando.

As regiões solidárias constituem uma exigência cada vez maior dos tempos atuais. Pareceu-me mais didático elencar algumas situações em que a solidariedade pelo turismo tem mais chance de ocorrer. Do meu ponto de vista de planejador, a **organização do turismo é inseparável do cotidiano** que envolve a vida de gregos e troianos.

2. Renascimento de uma Velha Prática

As alianças são tão antigas como a História. Desde que esta registra eventos, sabemos de batalhas, casamentos por conveniência real, pactos e tantos outros fatores que sugerem trocas com boa chance de sucesso. Até a mítica Cleópatra teve de fazer concessões para ganhar. Mas a força que vence por si mesma está fora de questão.

Quando a cartografia mundial se completou no século XIX, os fundadores do conceito de região foram o historiador convertido em geógrafo, Vidal de La Blache (1845-1918), e Friedrich Ratzel (1844-1904). Dentre os contemporâneos Paul Claval é um dos grandes nomes com suas análises de geografia regional. Os dois primeiros se preocuparam com a sistematização das superfícies terrestres de acordo com as propriedades da biosfera: desertos, planícies, planaltos, tipo de cobertura vegetal, formações montanhosas, orlas marítimas, etc. Não obstante, logo se percebeu que descrições de teor natural não explicavam muita coisa, sugerindo-se dar maior relevância às ações antrópicas de tecnologia, economia,

política, sociedade, cultura – tudo que intervém e regula o espaço.

A História Universal demonstra que fronteiras geopolíticas dos dois últimos séculos foram mais uma vez alteradas no decorrer do século XIX, durante o qual se unificaram e se dividiram nações e etnias. No entanto as alterações do século seguinte, produtos de dois conflitos mundiais sem precedentes, chegaram a mais uma disposição que permanece longe de ser considerada definitiva - vide, por exemplo, a contenda entre Israel e Palestina ou as beligerâncias da Ucrânia contra a Rússia em 2014. Houve o advento de muitas organizações mundiais no mesmo século XX, com uma evidência a ser equacionada: é preciso a todo o custo chegar a acordos relacionais de peso que garantam a paz. Enquanto o Ocidente tenta intervir no Oriente Médio contra a Síria, em nome da democracia, nenhum país ousa se interessar pela democracia das repúblicas africanas... As encenanças dessas naturezas são perigosas porque acenam o prenúncio de novo conflito mundial - mesmo sem uso de armas atômicas, milhões podem morrer estupidamente com outros tipos de armamento.

Os Estados mais fortes e consolidados definiram instituições financeiras neoliberais bem claras. Nos últimos trinta anos vários fatores econômicos e políticos viriam a modificar bruscamente as fronteiras “tradicionais”. A globalização com seu Neoliberalismo, facilitando reposicionamento de empresas; a organização de agrupamentos de interesses comuns, como a União Europeia; a nova divisão internacional do trabalho; a instantaneidade de transferência de capitais de um país para outro e o desejo

de libertação de etnias, outrora forçadas a conviver juntas, dentre tantos outros motivos, produziu resultados questionáveis. Nem sempre o mesmo idioma ou a mesma religião sustentam uma unidade nacional. Mas grande ainda é o número de fações políticas que lutam por sua identidade. **Tenha-se claro, a formalização de uma identidade não vai sem conflito com as demais, posto que ela presta antes de tudo, para legitimar direitos e privilégios, os quais, nas fronteiras com os outros, costumam gerar beligerâncias.** A Liga Hanseática de cidades, do norte da Alemanha, no final do século XV, mesmo se reunindo em nome do interesse comum, já renunciava a rivalidade entre cidades de nossos dias, assunto tão explorado e comentado por David Harvey em seu livro citado abaixo. No entanto, não é impossível que cidades rivais venham a estabelecer alianças de algum interesse.

A possibilidade de autodeterminações nacionais coloca em dúvida os múltiplos interesses que carecem de soluções em suas interações, muitas das quais já não dependem da vizinhança geográfica imediata, nem da mesma bandeira política e sim de novos arranjos políticos. O recém criado BRICS é prova disso. Por certo, os blocos formados na virada do século XX, seja a União Europeia, onde a jacobina França se permite eleger um primeiro ministro espanhol, seja o grande bloco asiático, ou o alinhamento norte-americano, demonstram que entre eles frutificaram solidariedades construídas com negociações. Apesar de tudo suas partes nacionais são dotadas de graus hierárquicos de autonomia interna – temática regamente explorada por Arthur

Koestler em *O Fantasma da Máquina* - como também nos países não tão alinhados do MERCOSUL. Malgrado décadas de existência este ainda não logrou solidificar instituições de amplos interesses comuns e eficazes – quando não chegam até a contraria interesses já firmados. É nesta condição frágil que o conceito de *regiões solidárias* pode e deve adquirir musculatura.

Os grandes blocos que congregam países de várias etnias ou religiões, conquanto solidários na Fé, apresentam o inconveniente de sediar relações de força e contendas entre si. Este breve artigo, mais à guisa de reflexão teórica, não pretende explorar o tema que os grandes blocos colocam entre si e os outros. Isso ultrapassa muito nosso objetivo em favor da vertente solidária destinada a favorecer interesses recíprocos de arbitragem mais acessível. Pretendemos ponderar possibilidades menores, em circuitos nacionais e em suas fronteiras, tais como as do Brasil em interface com a América do Sul. A solidariedade já firmada por grupos como a União Europeia mostra que, internamente, poderão surgir, apesar da união maior, “n” projetos de interesse comum derivados da vontade e da liberdade deste e aquele consentir. Por exemplo, a cúpula do bloco europeu lançou as premissas do que poderia ser uma Política Marítima europeia, destinada a garantir sua “supremacia naval” que conta com mais de 3.500 portos entre fluviais e marítimos. O apelo foi lançado aos países membros, que têm a liberdade ou não de aderir ao projeto. Assim se firma a possibilidade real do conceito de *regiões solidárias*, dentro do mega projeto que é o bloco já solidário da UE.

3. Preliminares pela Definição de Regiões Solidárias

O conceito em tela deve ser mais pormenorizado devido às múltiplas conjunturas relacionais existentes no mundo: cada uma é um caso. Em se tratando de um recurso viável, mas não plenamente teorizado em todos os campos, entendo que tal padrão de região deva:

- Viabilizar projetos de desenvolvimento sócio espaciais visando à melhoria da qualidade de vida;
- As estratégias pela realização de projetos devem ser oficialmente firmadas, após análise dos graus de autonomia que cada parte poderá dispor. Assim podemos elencar a razão de sua existência de fato:
 - a) Definindo um comitê coordenador, composto de representações das partes interessadas e oficialmente reconhecido, por exemplo: a fórmula de associação de deveres entre governos e privados;
 - b) Conscientizando comunidades e reunindo entidades regionais interessadas em ações comuns do tipo *cluster*;
 - c) Definindo os estatutos que regerão a cooperação comum;
 - d) Compatibilizando leis municipais, estaduais ou nacionais no que for necessário;
 - e) Formalizando as responsabilidades de cada parte;
 - f) Procurando, conjuntamente, fontes de financiamentos;

- g) Obtendo possíveis apoios de instituições sociais e econômicas já existentes;
- h) Definindo uma equipe executiva durante a duração dos projetos;
- i) Redefinindo novas estratégias e esquemas burocráticos que se mostrarem necessários;
- j) Eliminando de uma vez por todas com o “espírito de paróquia”. O cidadão de que o mundo precisa é da paróquia, mas também do todo planetário – como tanto prega Jürgen Habermass.
 - O conceito de *cluster marítimo*, por exemplo, resulta numa região solidária que pode congrega desde interesses de pescadores, políticas de turismo até sistema portuário, indústria naval e todos quantos vivem da presença e função portuária. *Cluster* quer literalmente dizer *constelação* – um conjunto de estrelas que se reúnem para brilhar de forma mais intensa as individualidades de cada uma;
 - Com certeza, somente a experiência permitirá reavaliar as primeiras tentativas de regiões solidárias, que poderão evidenciar vários padrões diferenciados de metodologia e organização – e inclusive alterar a teoria;
 - As regiões desejosas de se associarem a outras devem ser dotadas de absoluto respeito, tanto do ponto de vista político-partidário, como outros que possam trincar acordos. Infelizmente, o Brasil tem demonstrado crescentes desavenças devido a divergências que não são sequer ideológicas, mas fundadas na mesquinha e rixinhas personalistas

entre membros de várias instâncias do poder. Comunidades que sofrem por beligerâncias desse tipo devem levantar a voz em nome do interesse comum, que é sempre e sempre mais gratificante que “hortinha” paroquial;

- Definindo e formalizando as representações firmadas sob várias modalidades de governo: do municipal ao nacional, de uma instituição com outra.

O mundo já conta com várias organizações solidárias de múltiplos fins, que não constituem regiões solidárias espaciais propriamente ditas, mas podem, eventualmente, com estas colaborar. **Vide a fabulosa rede de internautas; a inumerável quantidade de associações civis, comerciais, industriais, culturais, sexistas e agrícolas; as corporações profissionais de diversas ordens; as associações amigos de bairro, de pais e aluno, etc.**

Do ponto de vista de um arranjo nacional, o tempo da autonomia municipal se tornou obsoleto, na medida em que suas necessidades confinadas na oficialidade já não podem mais se equacionar com esforço e recursos próprios. **As redes vieram para envolver o mundo.** O último quartel do século XX assistiu à proliferação de grandes redes de serviço, tornadas inviáveis no pequeno universo da municipal: as companhias, estatais ou não, de telefonia, rádio e televisão, saneamento, energia elétrica e gás atendem ao máximo número possível de municípios. Sozinho o poder municipal foi ficando limitado mais e mais, sobretudo quando a Lei Metropolitana, em decorrência do *Artigo 164 da Constituição do Brasil*, oportunamente, cerceou as iniciativas que

contrariassem o bem comum maior. Dentre outras forças, surge a Região Macro Metropolitana de São Paulo. Em tempos recentes, houve-se por bem instituir esta Macrometrópole, congregando seus 39 municípios aos da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e ainda o Vale do Paraíba, resultando em mais de cem municípios. Já não cabe mais ao poder central definir quais são as regiões metropolitanas e sim às Assembleias Legislativas de cada Estado.

No entanto, se algumas reservas da biosfera incluem mais de um Estado, cria-se um impasse se os respectivos Estados não se entenderem. De fato, como a biosfera não obedece aos limites político-administrativos, sua preservação pode ficar comprometida por uma omissão federal, única capaz de intervir neste preciso caso. Se um município deve legalmente se privar da industrialização para não contaminar suas reservas de água que os demais municípios metropolitanos devem usar, tal limitação teve de ser recompensada com um prêmio dado pelo Imposto Regional de Circulação de Mercadorias. Mas aí de nós, em que pese a Lei, as unidades municipais ainda não se comportam de modo conforme.

Não apenas a água vital, mas todas as determinações do princípio metropolitano - rede viária, zoneamento industrial, dutos subterrâneos, etc. - devem procurar a combinação mútua e o ideal no que for necessário à vizinhança. Por certo, ao município restaram várias iniciativas, como a definição do uso e ocupação do solo e do perímetro urbano; o plano diretor, etc. desde que em sintonia com as disposições federais, estaduais, e outras, como as de Segurança Nacional ou da

Aeronáutica. A evidência que não pode ser negligenciada é esta: **a conurbação de aglomerações urbanas pelo mundo afora cria situações comunitárias não equacionáveis na unidade: ou se resolvem em conjunto, ou o caos e conflito se instalam.**

Podemos definir *regiões solidárias* como sendo espaços geopolíticos passíveis de congregação em vista de objetivos comuns que, isoladamente, teriam menos chances de se realizar. A premência desta associação resulta tanto mais necessária quanto maior e mais complexa for a conjuntura mundial, cujos esforços são prioritariamente voltados ao poder e sobrevivência dos grandes blocos de identidade sócio política. A solidariedade pode se interessar por âmbitos menores, mas nem por isso dispensáveis à manutenção espacial da vida. Regiões solidárias são parte da estratégia política de qualquer nível e, *a priori*, já podem contar com várias instituições políticas de apoio. As que não existem podem ser inventadas.

4. Possibilidades de Regionalização Solidária

4.1 Região Mundial: A Imaginada, mas Não Impossível Ecumenópolis

Esta construção imaginária é uma das hipóteses mais importantes da atualidade sem nada de ficção. Ela resulta das grandes reflexões de dois eminentes e experimentados estudiosos. A finalidade desta inclusão no presente rol de preocupações nos alerta à real possibilidade de um tenebroso quadro que vai galopando e exige reais políticas que

primem pela solidariedade em vista de uma vida urbana menos problemática que hoje.

Foram o historiador Arnold Joseph Toynbee e arquiteto urbanista Konstantino Apostolu Doxiadis que imaginaram esta previsão monstruosamente grande, após estudarem a marcha da urbanização em todos os países do mundo e sua possível configuração futura. Lograram cartografar um *mapa mundi* assaz suscetível de acontecer: a **Ecumenópolis** – cidade resultante da emenda de todas as outras existentes, assim batizada, significando a fusão de todos os vetores de urbanização e o crescimento populacional. Nesta representação, assustadora, sobriam alguns pouco vazios compreendidos por reservas da biosfera: um deles, por exemplo, seria o Pantanal sul americano. Um fenômeno tão fora de medida resultará em caos se múltiplas organizações e instituições não se definirem em blocos solidários, firmemente concatenados, por diretrizes de co-coordenação sistêmica, ainda por ser inventada e mundialmente discutida. A ameaça está visivelmente presente, mas a humanidade não dá sinais efetivos de analisar um cartel de arranjos possíveis.

A urbanização do planeta será cada vez maior e irreversível. As populações rurais já estão em pleno avanço no processo de urbanização: a sociologia, de longa data, já não se logra diferenciar o que é rural e o que é urbano. Um cidadão pode criar vacas ou plantar soja, mas vive na cidade. Como se não bastassem os conflitos gerados pelo crescimento urbano, outros ainda desconhecidos poderão surgir. **A solidariedade será o instrumento chave da sobrevivência** – cujo nobre conteúdo,

até ao presente, não soube se organizar de outra forma senão em condôminos defensivos como adoram as elites, que morrem de medo da “população do abismo”. **Não foi nada disso que filósofos, desde Platão até os alemães imaginaram para o bem da humanidade.** Não faltam muitas gerações até que esta profecia se realize, *y ahí te quiero ver.*

O que no fundo vale é a materialização de planos e projetos que se viabilizem mediante esforços mútuos. Regiões solidárias, eticamente definidas, se prestam a valores extremamente mais nobres e justificáveis do que rivalidades que estão deteriorando até mesmo a vida dos mais fortes!

4.2 Um Só Aeroporto para Cidades Próximas entre Dois Países

O crescimento urbano atual é de tal monta que se tornou comum dois ou mais municípios se fundirem em conurbação, gerando conflitos de interesses de ordem supra municipal. Até dois municípios podem se organizar no interesse comum de prestação de serviços, rede viária, etc. desonerando despesas e proporcionando qualidade, equacionando-se conjuntamente. Na década de 1970, Tabatinga, na fronteira amazonense, com Letícia, Colômbia, nem chegaram a discutir um problema comum (já sabedor da Aeronáutica): ambas careciam de um aeroporto adaptado a jatos. Não havia o menor sentido cada município ampliar seu aeroporto para aviões deste tipo: resultaria numa fortuna impensável para ambas as partes, cuja distância de separação podia ser feita a pé em meia hora. No entanto,

não se realizou nenhum acordo de interesse mútuo. Faltou-lhes o espírito de cooperação aqui defendido. Turistas e não turistas saíram perdendo. De quanto teria sido a economia com um só aeroporto e gestão conjunta dos dois países?

5. Cidades Gêmeas em Fronteiras Internacionais

As cidades gêmeas em fronteira internacional entre países sulamericanos e o Brasil já contabilizam mais de cinquenta pares, com amplas trocas entre um lado e outro, incluindo vários tipos de serviço intercambiáveis e aduaneiros. A faixa de proteção das fronteiras brasileiras vai até o limite de 150 km da linha divisória internacional. Obedecendo tal critério ficam automaticamente excluídas as partes orientais dos municípios brasileiros, à partir da linha demarcatória de proteção nacional. Ou seja, a linha abrange uma faixa de segurança, mas sem contemplar a unidade dos municípios. Como mais cedo ou mais tarde será indispensável coadunar as aglomerações urbanas de cada conjunto, será também preciso que o provável entendimento de solidariedade abranja as áreas rurais, isto é, as faixas de ambos os lados, pois não seria lógico desenvolver apenas parte do município.

Como é de conhecimento geral, linhas de fronteira são meios de trânsito obrigatório de mercadorias e pessoas comuns ou turistas terrestres. A urbanização dos pontos de controle aduaneiro, de ambos os lados, é inevitável. Turistas provenientes via Brasil que desejam se dirigir a países hispano-americanos por terra, e vice versa, são potenciais frequentadores das fronteiras de via rodoviária. Pode-se então perguntar se

as linhas divisórias se acham em condições de, inevitavelmente, acolher turistas. Os controles aduaneiros podem se mostrar duros, com ou sem razão, em virtude da droga e outros contrabandos. Os pernoites, a ambiência urbana enfim carecem de tratos. Efetivamente, nessas partes do território, longínquas da “civilização” permaneceram muito aquém do desejado. Por igual, fatos inconcebíveis acontecem à margem da legalidade. Veja-se o fenômeno, não singular, de motoristas de taxi bolivianos fecharem a fronteira com Corumbá, MS, em protesto ao governo brasileiro que não permite seus cidadãos gastar mais 200 dólares na zona franca do lado hispânico. Segundo respeitáveis professores universitários sulmato grossenses, a lei "simplesmente se evapora" em áreas de fronteira... Entenda-se, a lei que não regulariza o trânsito turístico é uma lástima para os visitantes porque a viagem terrestre permite melhor exploração da visita e ademais é comum cada lado possuir atrativos que ou não tem, e assim tolher a opção do visitante.

6. Regiões no Interior de uma Região Administrativa Oficial

Por estranho que pareça uma região solidária pode se firmar no seio de uma região administrativa formal. Na década de 1990 tive a possibilidade de trabalhar pelo SEBRAE, organizando e formalizando o *Conselho Regional de Turismo da Região de São José do Rio Preto, SP*, cuja sede municipal não se interessou de participar. Depois de ter sondado todos os oitenta municípios da Região, com debates nos principais polos regionais (Jales, Fernandópolis e

Votuporanga), grande número de municípios aderiu participar do Conselho, pois as represas fluviais limítrofes com Mato Grosso do Sul e Minas Gerais ofereciam excelente alternativa às praias marítimas saturadas: insolação anual excelente; esportes aquáticos; natação; surfe aquático; iatismo, e até pequenas ondas. Além disso, havia todo um ambiente agradável de veraneio o ano todo, além de aumentar a arrecadação municipal de impostos em decorrência de casas secundárias, oficinas de mecânica náutica, *piers*, complexos de lazer portuário, etc. Caso os associados queiram reivindicar algo de uma Secretaria de Estado ou um Ministério da União, teriam muito mais força política: não se pode negligenciar a reunião de dezenas de municípios juntos. Na sequência da criação deste conselho, vários estados do Brasil fizeram o mesmo.

7. Conglomerados Metropolitanos

O caso mais flagrante se apresentou na Região Metropolitana de São Paulo, com cerca de 40 municípios, tangenciando várias outras regiões: Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba somando um perto de cento e quarenta municípios. Isto sem contar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Gigantesco, mas real. Não obstante, o Congresso Nacional jamais deixaria esta Macrometrópole ser gerida por um “governador” porque ele seria mais poderoso que o presidente da República com imenso PIB. A consciência deste complexo tem realizado reuniões para oficiais sob um sistema camerário de pouco poder, pois as regiões carecem de

ser mais institucionalizadas, como prenuncia o pesadelo de Arnold Toynbee! Mais cedo ou mais tarde tal inchaço acabará forçando a busca de um regime comportando várias decisões conjuntas, sem o que seu futuro será fatal para o país. Nossas instituições foram pensadas num tempo cuja dinâmica pachorrenta foi se adaptando de modo insuficiente, sem bússola precisa, provocando desastres evitáveis. O mundo todo carece de mais respostas aos modelos econômicos vigentes e à lógica da informática.

8. Reservas Naturais Intermunicipais e Interestaduais

A criação de reservas tem gerado muitos problemas de viabilização que podem condená-las. Por exemplo, na divisa extrema do Estado de São Paulo com o Rio de Janeiro, nos altos serranos de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, existem várias reservas **cuas populações incluem quilombolas e outros tipos sociais que não se entendem, não chegam a acordos**, conforme demonstra o doutorado de Márcio Bahia Labruna citado na bibliografia. Seu recorte compreende quatro municípios: Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro em SP e Paraty no RJ. As Unidades de conservação consideradas são: Estação Ecológica de Tamoios-ESEC Tamoios; Parque Nacional da Serra da Bocaina- PNSB; Área de Proteção Ambiental do Cairuçu- APA Cairuçu; Reserva Ecológica da Juatinga-RE; Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty, Paraty Mirim e Saco do Mamanguá- APA Baía de Paraty; Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Picinguaba - PESM

Picinguaba; Parque Estadual da Serra do Mar; Núcleo Cunha- PESM Cunha e Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte- APA LN. Por sua parte, o Mosaico da Bocaina comporta 14 municípios, que enumero para se entender a complexidade da situação. No Estado do Rio de Janeiro os municípios são: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro. No Estado de São Paulo compreendem Areias, Bananal, Caraguatatuba, Cunha, Natividade da Serra, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Ubatuba. O Mosaico paulista comporta nada menos de dezoito parques. Ora, à semelhança do interesse metropolitano, fenômeno que avança fortemente no mundo inteiro, o Governo do Estado de São Paulo poderia, constitucionalmente, criar “regiões de planejamento” sempre que dois ou mais municípios não logram resolver seus problemas em comum. Para que o caso em epígrafe se equacione, o Rio de Janeiro teria de fazer o mesmo, pois as respectivas assembleias legislativa estaduais poderiam criar abertura para ambos os lados. A encrenca estudada pelo meu doutorando é do rol de preocupações de meu grupo CNPq de pesquisas. Trata-se da seleção de quatro municípios juntos, dois no Estado de São Paulo, dois no Rio de Janeiro, cujas partes, anos decorridos, não conseguem se entender, como citado. A escolha se limitou a quatro, o suficiente para se entender como ocorre a dinâmica da inter relação. Como a região é de alto interesse para o desenvolvimento regional do turismo, ditas assembleias deveriam e teriam plenos poderes de criar uma “região de planejamento” conjunta, no interesse de todos, mas até 2014 nenhuma delas se manifestou diante deste real problema.

Efetivamente, a medida seria necessária porque, considerados os municípios integrantes, nenhum deles tem ascendência sobre o outro e assim se arma um impasse para o desenvolvimento que os legisladores se recusam a reconhecer e podem, em consequência, provocar a deterioração das reservas regionais e de uma região nos vetores turísticos provenientes da Grande São Paulo e de todo o Vale do Paraíba – isso sem considerar o lado carioca.

9. Conurbações Intermunicipais

Às conurbações são cada vez mais comuns entre os quase seis mil municípios do Brasil ou entre indizível número pelo mundo afora. Fruto da Revolução Industrial tardia, a tendência à concentração metropolitana se processa diferentemente da Europa, onde muitas antigas cidades promoveram sua industrialização após uso da máquina à vapor. A rigor se trata de um caso simples, mas nem por isso dispensa coadunar a continuidade de serviços e infraestrutura: sistema viário e de transportes, tratamento de possíveis reservas contíguas, zoneamento industrial ou a recuperação de bacias hidrográficas que sempre abrangem vários municípios. São iniciativas sem dúvida possíveis, mas dependentes de compatibilização política (ou mesmo partidária).

10. Periferias Metropolitanas

A tão comentada Periferia passa os séculos ecoando dolorosos clamores. Todos os municípios possuem periferia, pois nascem do centro e se expandem,

criando subúrbios. Não obstante, os casos mais graves se referem às regiões metropolitanas, criadoras de tentáculos rodo ferroviários que são causa e desespero dos que por eles são forçados a transitar a cada dia. O problema do transporte metropolitano se resolve dentro de um grande sistema geral, mas as centralidades não, pois toda metrópole é de natureza polinucleada. É deste prisma que o arranjo interno de relação entre as centralidades tem muito a viabilizar - uma ideia que desenvolvi no meu livro *Saudades do Futuro*.

Em resumo, se cada centralidade não logra dispor do essencial em equipamentos de serviços de qualidade mais usuais aos munícipes, lazer incluído, a carência poderia ser suprida num vizinho próximo mais bem suprido. Isso se for adotada a lógica organizacional de uma metrópole. Seria socialmente conveniente que as vizinhanças de cada “freguesia” se complementassem com ofertas mútuas: o acesso seria mais fácil, sobretudo do ponto de vista escolar, saúde e lazer cotidianos. Não se pode construir uma universidade ou hospital especializado em cada município. A questão advinda da arrecadação de impostos poderia ser equacionada por sua regionalização. Um município complementaria outro próximo, mas como cada um se gaba da sua autonomia, a iniciativa solidária só seria possível mediante ação direta do Conselho Metropolitano. O valor da troca fica sendo dado, sobretudo, pela facilidade de acesso e tempo ganhos. Fica mais fácil uma família se abastecer de equipamentos e serviços raros no município vizinho do que ir penosamente à região central da metrópole.

Vale ainda lembrar dois exemplos: a periferia pode oferecer atrativos turísticos preciosos. Basta consultar um guia turístico do Chile. As Ilhas Chiloe, ao lado de Puerto Mont, possuem palafitas, cujo estilo arquitetônico é digno de ser visitado e fotografado. No entanto, palafitas ribeirinhas a Manaus são deploráveis, um convite para se afastar... Favelas, esgotos e não quiosques de leite. O que acontece neste Brasil que confina os pobres longe da visão dos “bem nascidos”? Até quando *Catilina abutere patientia nostra*?

No meu livro citado neste tópico, lembro que algumas favelas litorâneas sobre morros são dotadas de potenciais bastante ricos, seja pela paisagem, seja pelo cultivo do samba, carnaval, rituais afro brasileiros, capoeira, gingados da cultura nacional. No entanto um ou outro núcleo logra receber turistas estrangeiros em excursões rápidas – porque, efetivamente um lugar turístico é definido pela densidade de frequência, equipamentos e serviços, além de uma imagem que o caracterize. Mas qual imagem, a dos tiroteios? Já em Santorini, Grécia, uma das maiores pérolas insulares do mundo, era bem pobre em seu relevo montanhoso sobre o Mediterrâneo até o pós 2ª. Guerra mundial. Que se fixe bem esta minha comparação já confirmada pelo Grupo Bauhaus de Alemanha em missão na favela do Jacarezinho, Rio de Janeiro: a disposição morfológica da cidade medieval europeia é muito semelhante à de nossas favelas sobre morros. São relevos que forçam a criatividade construtiva para se adequar aos declives. Santorini apresenta hoje, as mesmas edificações de há pelo menos 70 anos: toscos reboques maquiados de singela

beleza de conjunto. Que solidariedade se pode imaginar para as periferias metropolitanas? Ou até para cidades como Corumbá, MS, na qual até o começo do presente século, as simples habitações da periferia reproduziam o **Art Deco dos anos 1920 – muito importante por exteriorizar o sinal de querer pertencer à família da boa arquitetura da cidade** – a ser conferido com o doutorado de Joelson Gonçalves Pereira por mim dirigido.

11. Regiões Distantes Entre Si

Este caso é mais raro, mas pode ser facilmente conferido por dois complexos insulares: Ilha da Madeira, Portugal, e Ilhas Canárias, Espanha. Ambas estão a poucos minutos de avião da Costa Africana, mas a aproximadamente três horas de avião até as matrizes continentais. Não pareceu interessante aos dois sistemas insulares conveniar solidariedade com a pobre costa africana. O interesse insular rerecaiu não só na imagem de Mediterrâneo onde Portugal e Espanha se molham do salgado, como ainda o lado africano peca pela carência de recursos que os situassem pé de qualidade equivalente aos ibéricos que podem dispor do luxo mediterrâneo à “porta de casa”. **Assim, Ilhas Canárias e Ilha da Madeira aderiram ao plano de desenvolvimento turístico do Mediterrâneo.**

Quantos casos mais? É a solução de cada necessidade que definirá o modelo.

12. Ganhos Turísticos em Regime de Solidariedade

Eis um exemplo de todos conhecidos. Por qual razão a França é um dos países que ditam a Moda – cores, modelos, tecidos, etc.? Claro que antes de tudo é preciso que exista criatividade condizente, passível de agradar certos segmentos sociais e seus valores. Entretanto, quando pensamos no caso francês, “lançar moda” o sujeito empreendedor é mais do que um indivíduo, **é toda uma classe de fabricantes que, em comum acordo, toma algumas decisões conjuntas, não só para a próxima temporada, mas de subsequentes também: a cor da moda e prováveis modelos programados para os anos subsequentes.** A confraria industrial se entende sob uma constante histórica denominada *obsolescência programada* = produtos que devem durar pouco, para que a clientela os substitua a cada ano, na folia do consumismo. No entanto, em vários outros países como o Brasil, conquanto existam vários estilistas criadores e muitos fabricantes, esta categoria profissional é individualista e não chega a acordos - daí que o país não lança moda; **fica imitando e consumindo a moda da França ou Itália, cujas criações são frequentemente de estrangeiros contratados pelas grandes grifes parisienses ou milanesas.**

O turismo poderia com certeza melhorar seu desempenho, sobretudo em potenciais pouco explorados, mas longe de meu pensamento propor modas que mudem a cada ano, **pois defendo uma ideia muito melhor e mais inteligente.** Pode tirar-se proveito de um parque ou centro cultural para fazer algo para si

mesmo, mediante vários tipos de solidariedade – não essas que são “do ano” e sim as que, pelo contrário, buscam, constantemente, o aperfeiçoamento daquilo que já possuem. A maioria prefere inovar de acordo com a moda, mesmo que efetivamente jamais conseguirão se igualar à grande cidade. Assim, cidades pequenas, ao invés de explorar a ideia e clima do pequeno, arvora-se em produzir shows de “Rock pauleira” – e não a valorização do Portugal ou Brasil profundo.

Tomem um mapa geral da Argentina, do Brasil, de uma região, ou de um município e veja que fora dos limites geográficos internacionais aparece um grande vazio, um fantasma branco como se o resto não existisse mesmo que você tenha de nele passar até chegar aonde interessa. Ledo engano, não adianta esconder, ninguém acredita, na exclusividade universal de qualquer lugar do mundo, sobretudo o turista que estuda bem o lugar e as vizinhanças para planejar suas férias. Afinal, GPS não é mais novidade. Ora, como a ideia de solidariedade pressupõe outros lugares e lugares dentro do próprio lugar principal, seria preciso se abrir para uma vizinhança propiciadora de vantagens para ambas vários interesses.

Os governos reconhecem o conceito de regiões turísticas, mas quase sempre definidas e limitadas pelo universo administrativo oficial. Nos casos solidários o que se tem a oferecer não precisa se situar obrigatoriamente nesse âmbito, mas relacionar focos individuados de atração de um com outro. O maior obstáculo para este princípio está no pensamento equivocado de que fazendo

menção a outros atrativos que não o seu, se estará perdendo clientela.

Nesta ótica podemos elencar fatores que podem ensejar a solidariedade formal:

1) **A região solidária pode ser construída à margem dos limites oficiais**

São instituições privadas que definem o que lhes interessa e não apenas governos. Os serviços e equipamentos turísticos não costumam atentar às vizinhanças municipais e estaduais. No entanto, se o turista ficar sabendo do que existe por perto não deixará de usufruí-lo. Usualmente o turista estima que deve “visitar algo mais nas cercanias”, o quê é correto, pois ele não deve fidelidade a nenhum lugar. Logo, no inventário dos atrativos das redondezas poderão existir um ou mais municípios com atrativos interessantes. Num meu livro denominado “A pequena hotelaria e o entorno municipal”, eu já chamava atenção dos hoteleiros para esta questão, pois o ambiente que cerca a hospedaria poderá se tornar hostil se ele e sua classe não fizerem nada: a zona poderá se deteriorar e muitos serem forçados a fechar o negócio, como já aconteceu várias vezes no Brasil. Miséria é um mal a ser reparado, desleixo deve ser condenado! No interesse do turismo, hotelaria e toda gama de equipamentos e serviços, além do emprego, são instados a agir conjuntamente para além do lucro, **pois sem ambiência o turismo declina e todos perdem.**

2) **Promoções regionais**

As promoções regionais dependem de todos ou quase todos os membros da categoria de profissionais do turismo convirem, para determinados tempos fora de temporada, oferecerem reduções num

grande cartel de serviços e equipamentos de toda uma região firmada como solidária. Os *shoppings centers* já fazem promoções conjuntas de longa data e atraem grande massa de interessados. Esta modalidade de atuação não precisa se chocar com fatos que são só da individualidade de um município. Festivais de camarão ou cinema já são comuns e rendem muito, Muitos centros se sentem mal quando o município ao lado promove alguma coisa que lhe “rouba” a clientela. No entanto, **mediante acertos inteligentes do calendário, considerando o tempo de todos**, tal inconveniência pode ser evitada. Se o vizinho convida o povo para um *show de rock*, o outro poderá se beneficiar de algo bom e corriqueiro em seus domínios sob a ideia de complementaridade. Isto quer dizer que as promoções regionais funcionam inclusive quando um atrativo é de iniciativa do lado.

3) Qualidade regional garantida por selos

Empresários e associações de muitos municípios ficam sempre a imaginar um modo de atrair mais turistas, se esquecendo do valor da qualidade. Frequentemente mais vale o aperfeiçoamento do atendimento, da perfeição do apartamento hoteleiro, do profissionalismo da faxineira ou cozinheira, do que organizar shows caros o tempo todo. Em princípio, quando o turista sai de casa se torna carente de tudo: desde seu travesseiro ao espagete da Mama. Será que tudo anda perfeito em Conceição dos Gatos? Existirão cursos regionais de excelência generalizados? Todos empresários dominam a arte de receber com maestria? Ou deve haver uma reciclagem regional a cada ano para todos?

Se um empregado bem treinado ganha um salário mínimo e meio, um dia acabará sendo “pescado” por outro estabelecimento que oferece dois salários e assim a qualidade de onde saiu tende a cair. Em resumo, é preciso dotar os profissionais do turismo de alto desempenho profissional. Até grandes hotéis vem cometendo falhas por varias razões. E, no entanto a Ilha da Madeira, que sequer tem verdadeiras praias, tem visto seu turismo triunfar graças ao aperfeiçoamento de sua culinária, à segurança dos visitantes, à boa hotelaria, à limpeza de seu espaço público, suas festas de Ano Novo... – fatores óbvios que bem poucos logram. Não perder de vista que algumas iniciativas novidadeiras podem fazer o tiro sair pela culatra.

4) Publicidade em grandes redes de TV e em sites

Como tudo, o turismo precisa ser anunciado num veículo que apresente suas virtudes - da paisagem ao sistema hoteleiro e de restauração. De pouco vale anunciar numa emissora local ou regional. O turista vem de mais longe. E pagar um minuto pela exibição das riquezas regionais (que muito lhe convém) custa muito caro, salvo se for custeado por uma cotização associativa. Esta se pauta por divulgar a região, sem privilegiar este ou aquele. O importante é que turistas cheguem – o resto é tarefa individual no contexto de um *site* geral.

No Brasil há *sites* de hospedagem até a náusea, mas mal feitos e com a irritante tendência de esconder tarifas – ao contrário da Europa e muitos outros países. O medo vem seguramente do desconhecido que vai aparecer: para os duvidosos, preço de balcão, para “gente

educada”, um preço menor... Outros mostram as paisagens do lugar, a sala de comer, os componentes da gastronomia, mas não o quarto de dormir e seu banheiro, assim como uma diversidade fatores que efetivamente afastam possíveis clientes. Ora, o turista quer se informar de tudo: o tamanho de cada quarto, o preço da hospedagem ao longo do ano, sua cartela de serviços, as vagas na garagem, o mapa regional de acesso; a variedade de comércio do lugar; seus atrativos; seus dias e horas de funcionamento, etc. Mas não basta anunciar tudo e esquecer o *site* como é habitual e irritante por ser uma grande desconsideração. Um *site* deve ser pelo menos mensalmente atualizado, trabalho que requer um rigoroso profissionalismo, confiado a um internauta experiente que deve procurar todos os lugares anunciados e atualizá-los: mudança de tarifas, dias em que fecham, etc. Isto tem um preço que na ação conjunta pode se tornar mais conveniente.

5) Representações para obter infraestrutura turística são forças políticas

A infraestrutura costuma ser o maior drama, sobretudo para os que desejam excelência e acabam rodeados de mediocridade. Logo começa a resmungaria, pelos jornais e pessoalmente numa das repartições administrativas. De pouco vale porque “uma andorinha não faz verão”, mas uma associação de peso que ajuda a manter a imagem do lugar faz verão sim. Não adianta estar apenas de boas relações com o poder porque ele muda, e daí? Em outras palavras, se trata de representações justas por reivindicações coletivas - que propiciam usualmente maior oferta de empregos.

6) O equívoco social de esconder a pobreza do “outro lado da rodovia”

Todos os lugares bem sucedidos do Brasil se favelizam e criam ambientes de hostilidade ao prazer de flunar. Todavia, o pior não é só a favela, mas a deterioração construtiva por agentes de posse. As ruas comerciais costumam ser as que mais denigrem a cidade. E as associações comerciais não têm a menor sensibilidade do mal que causam com essa displicência; é incapaz de alertar e impor regra à sua própria classe. Do mesmo modo, a permissividade generalizada do poder municipal que tudo permite; que não teve inteligência de esmerar nas Leis de Uso e Ocupação do solo; nos Códigos de Obras; nas Comissões de estética e outros instrumentos de regulação qualitativa comunitária com base no compadrio... Essa mentalidade cabocla dos tempos passados é responsável pela decadência paisagística do Brasil, país mais enfeado do planeta nos últimos 70 anos. A conscientização deve ser repetida em todas as reuniões cabíveis, nas escolas, faculdades, entre profissionais de turismo: é preciso investir na pobreza com mais veemência. Até cansar os ouvidos de quem ouve.

7) Quem pode bancar um museu regional ou um centro de convenções?

Um Centro Convenções ou Cívico, como em Bariloche, Argentina é difícil de ser realizado devido ao custo. Governos muitas vezes preferem usar o erário para fatores questionáveis – tais como os estádios bilionários para a Copa do Mundo no Brasil em 2014. Centros de Convenções atraem e rendem do ponto de vista de cidadãos residentes e visitantes, porque nele acontecem momentos

marcantes, desde exposição de um bom acervo museológico da cultura regional até um complexo de salões de festas ou eventos diversos, bar e restaurante, butiques de souvenir, local para de diplomação escolar, etc. Cada prefeitura poderia dispor de *um stand* de exposições, mas o centro propriamente dito teria, inevitavelmente, de pertencer a um só município. Ou então de iniciativa privada que ganhe com os aluguéis, ou até de um consórcio de empresários. Uma prefeitura dinâmica e moderna poderia, com auxílio de uma associação regional captar recursos de financiamento - tudo conduzido com seriedade e sem nepotismo. Um Centro pode ser autossustentável se bem gerido. Quantos estabelecimentos de Paris usufruem de lucros graças à existência de seus museus e centros de convenções? Este país chega a organizar 500 festivais por ano! Ora, a escala local não ganhará a mesma coisa que uma grande capital, mas poderá certamente usufruir de benefícios que sem este rol de atividades, teria de se contentar com seus tostões – porque infelizmente somos muito individualistas e temos de pagar caro pelo troco de atitudes ingênuas.

Referências

- Harvey, David (2008). *O neoliberalismo: História e implicações*. São Paulo: Loyola.
- La Blache, Paul Vidal de (1883). *La terre, géographie physique et économique*. Paris: Delgrave.
- Labruna, Márcio Bahia (2014). *Ecofronteiras e turismo no planejamento territorial em mosaicos de áreas protegidas. Estudo do caso do Mosaico Bocaina, RJ/SP*. Doutorado na USP.
- Pereira, Joelson Gonçalves (2007). *O patrimônio ambiental urbano de Corumbá, MS: identidade e planejamento*. Tese de doutorado, FFLCH, USP.
- Toynbee, Arnold Joseph (1973). *Ciudades en marcha*. Madrid: Alianzas Editorial.
- Yázigi, Eduardo (2009). *Saudades do futuro. Por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo: CNPq/Plêiade.
- Yázigi, Eduardo (2001). *A pequena hotelaria e o entorno municipal*. São Paulo: Editora Contexto.